

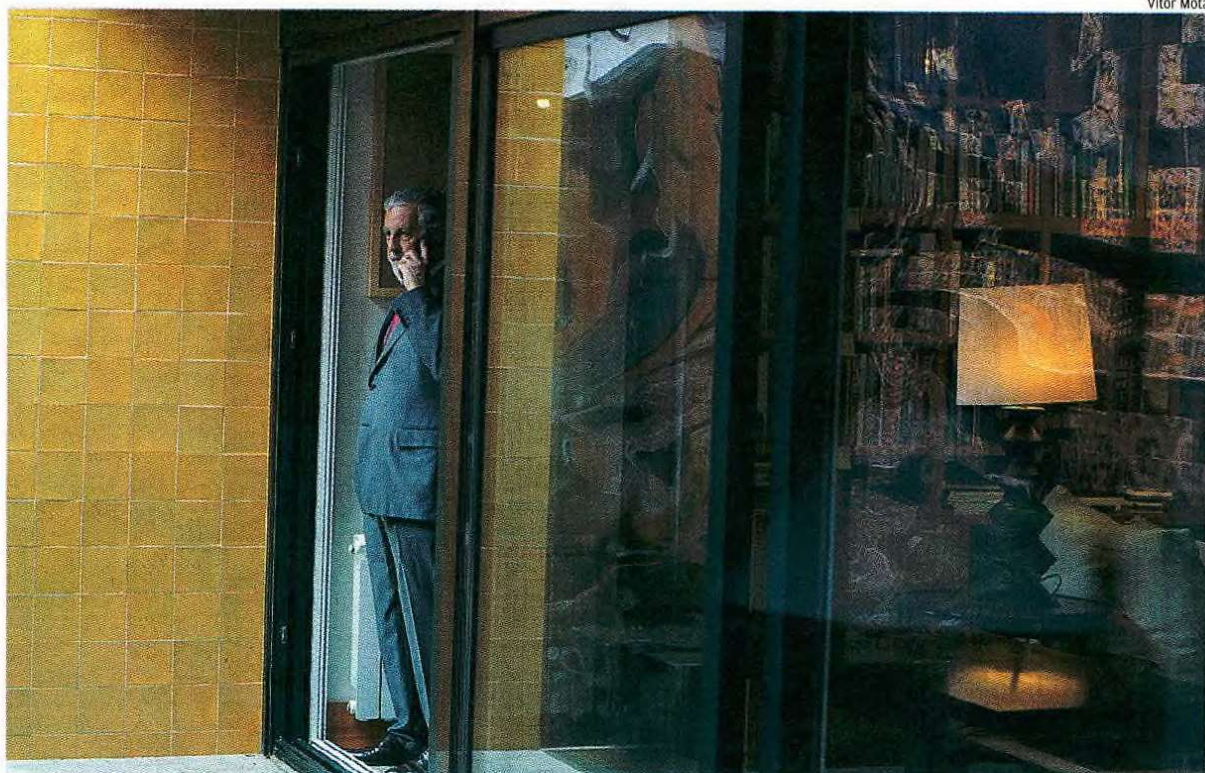


JOSÉ MIGUEL JÚDICE ÁRBITRO INTERNACIONAL E SÓCIO-FUNDADOR DE PLMJ

“Quero ter novos desafios. Não quero ficar instalado, como um rentista”

Passadas quatro décadas como advogado, o ex-bastonário deixa, no final do ano, a profissão e a sua PLMJ. José Miguel Júdice vai dedicar-se a 100% à arbitragem internacional.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt



Vitor Mota



Nos próximos 10 a 15 anos quero contribuir para que Portugal se transforme num centro do direito arbitral.

José Miguel Júdice já tem em marcha um novo projeto de vida profissional para quando deixar de exercer advocacia. No final deste ano sai da PLMJ, sociedade que fundou com António Maria Pereira, Luís Sáragga Leal e Francisco de Oliveira Martins. Sai com “orgulho” da herança que deixa, para se dedicar a 100% à resolução de litígios internacionais em tribunais arbitrais.

No final do ano põe fim a um percurso de mais de quatro décadas enquanto advogado de PLMJ. Que significado tem para si o fim da ligação a uma instituição de que foi cofundador?

É normal em todo o mundo os sócios saírem, a partir de certa idade, da sociedade onde exerceram advocacia. Os sócios-fundadores não são diferentes dos restantes. Dediquei 42 anos àquela casa e contribuí, como tantos outros, para o

seu sucesso. Saio sem mágoa, sem dor e muito satisfeito. Acho que cumprí o meu dever.

Era este o projeto que queria deixar?

Tenho orgulho no que fiz e no que deixei e tenho a certeza de que uma parte de mim vai ficar na sociedade eternamente: o ‘J’ [de Júdice].

Ainda se incomoda quando publicamente é dito que a PLMJ é

a “sociedade do Júdice”?

Agora falam menos, graças a Deus. Faziam essa afirmação, mas só quando era para dizer mal [risos].

A partir de agora, já o disse, vai estar 100% dedicado à arbitragem. Foi uma área a que decidiu dar prioridade logo após o fim do seu mandato como bastonário da Ordem dos Advogados, em 2004. Por que razão fez esta aposta?



TOME NOTA

Sete arbitragens que Júdice tem entre mãos

Sete dos nove processos de arbitragem - enquanto presidente ou coárbitro - em que José Manuel Júdice está atualmente envolvido têm sedes no estrangeiro.

COMO PRESIDENTE

• Arbitragem em São Paulo, Brasil, relativa a um conjunto de contratos para dois hotéis no Sul do país entre um grande grupo internacional de hotelaria e um promotor imobiliário local.

• Arbitragem comercial e de investimento, em Santiago, no Chile, num contrato de concessão de petróleo, entre um grupo de Singapura e um país da América do Sul.

• Arbitragem em Madrid, Espanha, relativa a um contrato público de concessão de uma autoestrada na América do Sul entre um construtor espanhol e a concessionária, de um fundo australiano.

• Arbitragem de proteção de investimento, em Haia, na Holanda, no setor das telecomunicações, entre uma empresa suíça e investidores individuais e um país da América do Sul.

COMO COÁRBITRO

• Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação Brasil-Canadá, em São Paulo, Brasil, entre uma grande empresa de petróleo e gás da América do Sul e uma entidade brasileira.

• Arbitragem em São Paulo, Brasil, entre uma multinacional industrial e um grupo espanhol, sobre uma subcontratação em torno de uma central elétrica.

• Arbitragem em Nova Iorque entre uma empresa de petróleo e gás da América do Sul e um estaleiro da América Central, sobre um contrato de engenharia e construção.

Aposta dos jovens deve ser feita nos mercados externos

Porque gosto de desafios. Sempre achei que havia uma altura da vida em que deveria deixar de ser advogado. Ser árbitro é algo mais compatível com a experiência e a senioridade. Por isso investi nessa área. Fundamentalmente, sinto-me vivo e cheio de vontade para fazer coisas.

Que tipo de “coisas”, além de ser interveniente em tribunais arbitrais?

Vou lançar um site - www.josmigueljudice-arbitration.com - amanhã, dia 27 de setembro. Estou encantado a colocar nesse site a muita informação jurídica que reuni de outros advogados e de outros juristas. Quando estiver pronto, daqui por seis meses, haverá milhares de textos jurídicos no meu site.

Qualquer pessoa vai poder aceder a esses textos?

Qualquer jurista o poderá consultar. Tal como contribuí para fazer o maior escritório de advogados português, quando deixar de trabalhar, quero poder dizer, com algum orgulho, que ajudei Portugal a transformar-se, como outros países pequenos já o conseguiram, num grande centro de produção arbitral.

Um grande centro de produção arbitral?

Com muitos advogados a fazerem arbitragens no estrangeiro. Com muitos árbitros portugueses. Com grandes universidades a darem cursos onde vêm estrangeiros estudar. Com grandes professores que podiam estar em universidades inglesas, chinesas

ou norte-americanas e que vêm a Portugal dar aulas. Nos próximos 10 a 15 anos, quero contribuir para que Portugal se transforme num centro de arbitragens e do direito arbitral.

Não seria mais cómodo para si continuar ligado à sociedade que fundou?

Tenho 70 anos, se tudo correr bem, Deus queira, tenho mais 10 a 15 anos de vida útil. Quero completar esses anos a lutar e a ter desafios, não quero estar instalado, como um rentista. Se continuasse no meu escritório como advogado, continuava a fazer arbitragem e estava completamente instalado. Porque de acordo com os modelos tradicionais, os sócios mais velhos ganham mais do que trabalham. Andaram a investir para isso.

Vai diminuir o seu ritmo de trabalho?

Não quero transformar a minha vida num inferno, nem o meu objetivo é enriquecer com as arbitragens. Se quisesse ganhar muito dinheiro deixava-me ficar onde estava. Tenho como objetivo não aceitar mais do que seis arbitragens por ano, porque quero ter mais tempo para mim.

Por quanto tempo se prolonga o processo de resolução de um litígio por via arbitral?

Uma arbitragem dura em média dois anos. Portanto, terei sempre 12 arbitragens a correr. Neste momento, estou com nove. Estou a acabar duas. Há seis que estão na fase inicial. Portanto, o ano de 2019 está feito. ■

Foi fácil para si, um árbitro português, singrar lá fora?

Foi muito difícil, mas isso sucede em qualquer setor. É por essa razão que admiro o Ronaldo ou os “Ronaldos” que temos nas diversas áreas. Um português que triunfa no estrangeiro triunfa contra todos.

Tem de ultrapassar preconceitos?

Há um grande preconceito, sobretudo no mundo anglo-saxónico. Não é por acaso que nos chamam PIGS. Quando olham para Portugal, para Espanha, Itália ou Grécia, à partida não acreditam. Depois deparam-se com surpresas. Cento [ministro das Finanças] teve grande sucesso não só pela sua qualidade, mas porque, à partida, as expectativas eram baixas. Teve de lutar muito. Um português que diga “vou tentar vencer no mercado externo” prepare-se para um desafio fascinante, mas muito difícil.

As portas que abriu na arbitragem internacional tor-

naram o desafio mais fácil para as novas gerações?

Vai ser mais fácil para a geração a seguir, isso vai. Para quem abre o caminho é sempre mais difícil, mas fiz isso por mim e pelos meus colegas, que são também amigos. O desafio que lancei aos jovens advogados portugueses é que façam a aposta no mercado internacional. Daqui a 15, 20 anos, o advogado que não estiver preparado para trabalhar no mercado internacional vai ter muitas dificuldades.

De que forma lida com a complexidade de trabalhar em línguas distintas e, em simultâneo, com o direito de várias jurisdições?

É um grande desafio trabalhar noutro idioma que não o meu. Além do português, trabalho basicamente em inglês, espanhol e francês. Portanto tenho de escrever, pensar e perceber os que os advogados dizem nesses quatro idiomas. Depois tenho de saber, estudar e analisar o direito de muitos países. Estou a estudar hoje em dia muito mais do que há 40 anos.

A estudar Direito?

Não só. Hoje em dia, nas grandes arbitragens, para decidir não basta saber direito. É preciso saber de economia, de finanças, de contabilidade ou como funcionam as empresas, na prática. Por estas razões, sou cada vez mais defensor de que ser árbitro é uma profissão de pessoas que têm de estar preparadas e dispostas a decidir sobre matérias que saem do direito. ■



Daqui a 15, 20 anos, o advogado que não estiver preparado para trabalhar no mercado internacional vai ter muitas dificuldades.



JOSÉ MIGUEL JÚDICE ÁRBITRO E SÓCIO-FUNDADOR DA PLMJ

“A experiência arbitral no país é ainda limitada”

Já houve avanços, mas falta ainda percorrer algum caminho até que a arbitragem internacional ganhe maturidade no nosso país, afirma José Miguel Júdice.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

José Miguel Júdice entende que “a generalidade dos advogados que fazem arbitragem [no nosso país] não é especialista nessa área e não tem uma perceção do que se espera de um árbitro”. Para o antigo bastonário da Ordem dos Advogados, este é um dos aspetos que ajudam a explicar o muito caminho que ainda é necessário percorrer em Portugal até que a arbitragem internacional, enquanto meio de resolução de litígios, possa atingir a sua maturidade.

Quando fez a primeira arbitragem internacional?

Em 1999, no Brasil. Foi um litígio entre uma empresa norte-americana e uma outra europeia, por causa da privatização de uma sociedade brasileira. Desde então, tenho feito inúmeras. Fascinei-me pela arbitragem, pelo direito arbitral e também pela responsabilidade de julgar, porque ser árbitro é ser juiz. Finda a minha carreira enquanto advogado, chegou a altu-

ra de ser apenas árbitro, de trabalhar sozinho e, sobretudo, no mercado internacional.

A aposta que fez, ao nível da arbitragem, nos mercados externos, ficou a dever-se a quê? À falta de maturidade da arbitragem em Portugal?

Talvez. Há uma coisa que é verdade: quando eu comecei a dedicar-me a sério à arbitragem, ia ao estrangeiro, a congressos sobre esta área, e nunca via um português. Também não havia um único congresso de arbitragem em Portugal. Não havia um único encontro de arbitragem. Não havia pós-graduações. Não havia uma única tese de doutoramento, e hoje já há.

Já houve alguns avanços, portanto...

A nova lei da arbitragem é de 2011, tem apenas oito anos. A experiência arbitral em Portugal é ainda muito limitada. A generalidade dos advogados que fazem arbitragem não é especialista nessa área e não tem uma

perceção do que se espera de um árbitro.

O que é que se deve esperar de um árbitro?

Outra razão é porque ainda há muito a tendência em Portugal para achar que o bom árbitro é o especialista na área científica e não aquele que tem experiência. Os problemas que surgem na arbitragem não se ensinam nas faculdades, porque não há experiência suficiente para isso.

A possibilidade de criar em Portugal um centro de arbitragem mais vocacionado para conflitos que envolvam países e empresas de expressão lusófona ainda faz sentido?

Se eu fosse advogado de uma empresa alemã não queria que a minha arbitragem ficasse num centro de arbitragem que estivesse muito ligado a uma das partes, porque existe o receio de que não seja independente. Portugal enfrenta grandes dificuldades para conseguir ter um grande centro de arbitragem internacional.

Onde estão hoje os principais centros de arbitragem internacional?

Hoje em dia, há o grande centro mundial, em Paris, e grandes centros de arbitragem em Londres e nos Estados Unidos. Há igualmente grandes centros de arbitragem na China, em Singapura, no Abu Dhabi, na Suécia ou no Brasil. Madrid tem vindo a fazer, há muito, um grande esforço para contar com um centro de arbitragem internacional, mas não o tem ainda.

É por isso muito difícil para Portugal o consiga?

Poderia ser mais fácil que Lisboa ou Porto passassem a ser escolhidos como sedes para tribunais arbitrais dos contratos. Mas esse é um trabalho muito difícil.

É um trabalho difícil por que razão?

Porque não existem, em quantidade, tradutores e intérpretes capazes de fazer tradução simultânea. Não temos profissionais que façam estenografia imediata. Não temos centros de arbitragem com grande qualidade tecnológica. Não há tribunais judiciais muito experientes para decidirem sobre a anulação de sentenças arbitrais.

Que papel pode o Estado desempenhar neste âmbito?

Uma das coisas que sempre me impressionaram é que o Estado português não considera a profissão jurídica como uma indústria. A profissão jurídica é uma indústria. É uma das indústrias em que Portugal pode exportar com grande qualidade. A verdade é que os juristas portugueses são muito respeitados em todo o mundo.

O que é ainda preciso fazer?

Se se quiser fazer um centro de arbitragem em Portugal, de nome internacional, se se quiser apostar em que haja sedes de arbitragem em Portugal, seria preciso que o Estado e as câmaras municipais se motivassem. Que existisse uma motivação para criar uma atmosfera que levasse a que mais árbitros conhecessem as condições que Lisboa tem para a arbitragem. ■



Vitor Mota



Finda a minha carreira enquanto advogado, chegou a altura de ser apenas árbitro, de trabalhar sozinho e, sobretudo, no mercado internacional.



negócios

negócios.pt

Quinta-feira, 26 de setembro de 2019 | Diário | Ano XVI | N.º 4086 | € 2,50
 Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**



Jamie Oliver O futuro depois da queda



Matt Preston
O último dandy



Com esta edição, revista mensal de tendências e lifestyle
52 páginas

MUST oferta

Negócios é Portugal

Em Setúbal há negócios de muitos sabores



Fábrica da Coca-Cola muda a passo acelerado



As ostras do Sado que os chefs amam

SUPLEMENTO



Com o apoio **Santander**

Chineses pagam seis vezes mais pelas casas

Estrangeiros estão a investir mais no imobiliário | **Compradores de origem** chinesa adquirem os imóveis mais caros | **Mais de um quarto** das casas no Algarve vendidas a não residentes

EMPRESAS 22 e 23

Novo Banco perdooa 25 milhões à clínica Malo

Grupo de medicina dentária conseguiu um perdão total de 40 milhões. Banco diz que apoia, quando possível, soluções que preservem os postos de trabalho.

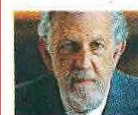
EMPRESAS 20 e 21

Reforço de autonomia só abrangeu dois hospitais

ECONOMIA 12 e 13

JOSÉ MIGUEL JÚDICE
SÓCIO-FUNDADOR DA PLMJ

“Não quero ficar instalado como um rentista”



Depois de 40 anos como advogado, deixa no final do ano a PLMJ. Vai dedicar-se a 100% à arbitragem internacional.

LEX 16 a 18

Eleições

Saiba que medidas propõem os partidos para o ambiente

PRIMEIRA LINHA 4 a 9

Reclamações

Fintech de pagamentos fora do crivo do regulador

Contas “low-cost” não seduzem clientes jovens.

MERCADOS 26 e 27